

Editorial

O lançamento desta 12a. Edição da Revista do MPDFT acontece em um momento de reavaliação das formas de trabalho e readequações voltadas ao aprimoramento dos serviços prestados ao cidadão no contexto da proteção e da defesa dos seus direitos.

Esse aperfeiçoamento que almejamos continuamente estende-se também à elaboração desta publicação, cuja abrangência tem sido alargada com o objetivo de elevá-la a categorias superiores, conquistando maior respeitabilidade e visibilidade para seus autores.

Entre as principais mudanças nesse sentido, importante pontuar que passamos a contar com um corpo de pareceristas formado por especialistas que não integram os quadros do MPDFT, buscando, assim, mais exogenia; a quantidade de artigos foi elevada de 13 (na edição anterior) para 18; e a publicação de artigos passou a ser também em outros idiomas, como forma de ampliar os horizontes da revista e primar pela diversidade de olhares no âmbito do Direito.

Ao abordar questões relacionadas à atribuição ministerial nas mais diversas frentes do Direito, considerando o amplo leque de responsabilidades delegadas ao Ministério Público brasileiro, esta revista cumpre seu papel de fomentar a pesquisa e o conhecimento no âmbito do Sistema de Justiça.

Neste sentido, não poderíamos deixar de registrar a relevância da abordagem relacionada à atuação do Ministério

Público no combate e na compreensão dos problemas que emergem da pandemia da Covid-19.

Este evento, que se tornou a maior crise sanitária da história recente, trouxe aprendizados e demandou atenção especial no atendimento ao cidadão, a aplicação rigorosa da lei na proteção da vida e na fiscalização efetiva do poder público no seu dever de prestar assistência à população. Esse trabalho, no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, é relatado em texto assinado pelo procurador de Justiça Eduardo Sabo e pela promotora de Justiça Hiza Carpina.

O tema também é objeto do artigo “Territórios da desinstitucionalização: a maioria de egressos dos serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes e a pandemia de coronavírus”, que traz um olhar sobre a proteção de menores e oferece sólida contribuição à implementação de políticas públicas nessa área.

Outro artigo que se contextualiza neste momento pós-Covid, vem escrito em inglês: Information technology in the judicial procedures: challenges to the use of videoconferencing for hearings and trials. Ele aborda o uso das videoconferências no processo judicial, que foi amplificado, provocando novas preocupações e cautelas em relação a essa ferramenta.

Também em idioma estrangeiro, o artigo Citizen’s right to privacy in data protection during the criminal investigation in Brazil, aborda a questão da privacidade e da proteção de dados no transcurso de investigações criminais no Brasil, considerando

o direito à privacidade e o acesso a informações essenciais no combate à criminalidade.

Ainda neste propósito, de ampliar os horizontes da Revista do MPDFT, não posso deixar de mencionar algumas contribuições externas, que igualmente nos honram. Uma delas, vem da Sub-Procuradora-Geral da República e professora da Universidade de Brasília, Ela Viecko. Em seu artigo, denominado “Reflexões a partir de estupros coletivos no Brasil e na Espanha”, escrito em parceria com a doutora em Direito pela Universitat de Barcelona, Marina Quezado, são analisados três crimes que ensejaram mudanças nas leis brasileira e espanhola.

Do Ministério Público do Amapá, temos importante participação por meio do artigo “O rural no planejamento urbano: o caso de uma cidade amazônica”, uma contribuição da então procuradora-geral de Justiça Ivana Ceí, em coautoria com o Ouvidor do MPAP, Marcelo dos Santos.

Ivana Ceí e mais 20 autoras, de grande respeitabilidade, contribuem para uma massiva e voluntária participação feminina nesta edição, numa demonstração de que a produção científica deve ser sempre um território democrático e aberto a todos os que se dedicam à construção de conhecimento. Um espaço que deve ser conquistado tão somente pela competência e pela busca de novos saberes.

Essa temática eu também tive a honra de analisar em um dos artigos em que sou coautora, intitulado “A liderança feminina no Ministério Público brasileiro: mulheres pioneiras”. Um estudo

importante, que traz dados relevantes à reflexão quanto à ocupação de posições de lideranças pelo sexo feminino no MP brasileiro.

Finalmente, sugiro um percurso pelos 18 artigos que encerram esta edição e que oferecem estudos significativos ao aprimoramento da atuação ministerial nas mais diversas áreas do Direito. Entre elas, o acordo de não persecução penal, a tributação de novas tecnologias, a atuação estatal na proteção da população de rua, a defesa da concorrência e do consumidor, ciber proteção, direito penal internacional, medidas protetivas e violência doméstica, entre outros temas.

Reforço meus agradecimentos a todos os autores que engrandeceram esta publicação ao compartilhar suas pesquisas e análises com o público leitor. Agradeço ainda aos que contribuíram para esta edição, que tive a honra de coordenar.

Um cumprimento final aos participantes das edições anteriores, autores e organizadores, cujo trabalho permitiu que chegássemos até aqui e pudéssemos seguir aprimorando este projeto que, a partir de 2023, passa a ser anual.

Muito obrigada e boa leitura.

Fabiana Costa